

Plano Municipal do Ambiente

1.1 Introdução

Como referido na introdução geral a este estudo, o Plano Municipal do Ambiente agora proposta abrange domínios muito para lá daqueles normalmente consignados neste tipo de instrumento, pretendendo, muito mais perspectivar-se como um instrumento técnico e estratégico para a sustentabilidade municipal.

Tal objectivo ambicioso decorre dos instrumentos integrantes deste plano, como o Sistema Municipal de Informação Geográfica que permitirá ao município dispor e gerir uma quantidade de informação da maior relevância que anteriormente estava disperse ou, no caso das avaliações periciais, de todo não existia. Acessoriamente integram este Plano diversas propostas estratégicas nos domínios do Desenvolvimento Turístico, da Educação Ambiental, propostas que já foram, em alguns casos, objecto de iniciativas preliminares para a sua concretização realizadas no decurso do processo de elaboração do PMA.

Igualmente procurou-se equacionar com os dados reunidos no presente Plano as perspectivas de desenvolvimento propostas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Vendas Novas e equacionar as condicionantes e potenciais internos que a sua concretização encontra ou dispõe. No mesmo quadro procurou-se analisar a situação da formação profissional no quadro dos objectivos de desenvolvimento concelhio perspectivados nos instrumentos entretanto desenvolvidos.

Como súpula de todos estes instrumentos e análises apresenta-se agora a carta de zonamento do concelho onde se procura sumarizar os aspectos mais marcantes do presente estudo, assim como os factores de decisão considerados mais relevantes pela equipa.

Esta carta refere-se à totalidade do concelho, sendo complementada por uma carta restrita à zona da cidade de Vendas Novas por se considerar que existem elementos de particular significado e relevância que não têm relevância escalar em termos da área concelhia, mas referem-se essencialmente ao domínio urbano.

2. Carta de zonamento do PMA

A carta agora apresentada procura sumarizar os factores ambientais que se considerou serem os mais relevantes em termos do condicionamento ambiental do uso do território na área do concelho de Vendas Novas.

2.1 Recursos e riscos hidrogeológicos

Em primeiro lugar considerou-se o problema dos recursos hídricos na sua vertente essencialmente subterrânea (já que todo o abastecimento de água às populações e às actividades económicas com excepção da agricultura se baseia neste recurso.

Como fica evidente da cartografia temática e do relatório específico constante das memórias descritivas integradas no presente PMA, o concelho possui recursos hidrogeológicos consideráveis mas, contudo, apresentam susceptibilidade e limites que importa considerar com todo o cuidado e gerir em consequência.

Com efeito, o sistema aquífero da Bacia Tejo Sado garante volumes hídricos de qualidade que preenchem o essencial das necessidades concelhias. (o presente estudo avalia os recursos renováveis garantido em cerca de 40 hm³/ano, sendo as necessidades para consumo humano estimáveis actualmente em cerca de 2.5 hm³/ano majoráveis a 5 hm³/ano se se considerarem os consumos industriais e as captações particulares). Estes valores parecem garantir uma taxa de cobertura da ordem dos 10% que mesmo com um factor de oscilação interanual da ordem dos 2.5 continua dentro dos limites de garantia.

Estes valores não podem, contudo, induzir a ideia de que existe um potencial significativo de crescimento do consumo destes recursos subterrâneos. Tal não corresponde de modo algum à realidade. Com efeito, quando se fala no valor de 40 hm³/ano está-se a falar de um valor optimizado e que pressupõe a utilização integral de todos os recursos. Se acrescentarmos a esse factor a já referida oscilação interanual na afluência de precipitação (Serralheiro et al. 1997), verificamos que as taxas de cobertura garantidas são muito mais reduzidas (grosseiramente da ordem de 50% e não os referidos 10%). Este facto determina que as disponibilidades hídricas subterrâneas para usos agrícolas têm de ser geridos com

extrema parcimónia, como é evidenciado, aliás, pela carta das tipologias de rega, onde na maior parte do concelho se recomendam exclusivamente os sistemas de rega localizados ou por aspersão, sendo que esta última pode ser contra-indicada do ponto de vista dos volumes consumidos.

Outro dos factores a ter em consideração na gestão deste recurso prioritário em termos concelhios (até pela inexistência de recursos superficiais alternativos para o abastecimento humano) é o da preservação da sua qualidade, o que implica não só um particular cuidado em termos da implementação do código de boas práticas agrícolas no que se refere à protecção das águas subterrâneas contra a poluição com nitratos e outros agroquímicos de origem agrícola, como também um especial cuidado com a prevenção de acidentes envolvendo derrames poluentes nas vias de grande tráfego que atravessam o concelho (Auto-estradas A6 e A13, Estrada Nacional 4 e caminho de ferro).

Impõe-se assim o estabelecimento de protocolos com as autoridades responsáveis pelo licenciamento de furos (presentemente as Direcções regionais de ambiente e ordenamento do território) no sentido de garantir que os níveis de exploração se

irão manter dentro dos limites de sustentabilidade, considerando os factores de oscilação interanual e a garantia de reservas interanuais de segurança. Este aspecto do controle da utilização descontrolada do recurso água subterrânea deverá ser enquadrado dentro dos condicionalismos impostos pela Directiva Quadro da Água, a qual impõe o pagamento do recurso e termina com a actual situação de uso indiscriminado e desresponsabilizado ou irresponsável. Deve o Município, dentro deste quadro normativo assumir a necessidade estratégica de assegurar a gestão concertada do recurso, identificando as áreas prioritárias e as áreas acessórias e definindo limiares de exploração para cada uma delas, assim como mecanismos de controle e monitorização, em articulação com a recém criada Autoridade Nacional da Água.

Em segundo lugar impõe-se a realização de um plano de ordenamento florestal e agro-silvo-pastoril que garanta, por um lado a preservação da qualidade das águas subterrâneas, evitando a sua contaminação por produtos agroquímicos, dejectos animais ou outros efluentes ou escorrências originados por essas actividades, e por outro, que promova um tipo de utilização do solo potenciadora da recarga dos aquíferos, garantindo, dessa forma a salvaguarda desse recurso.



Por fim e não menos importante, há que elaborar com a máxima urgência um plano de protecção civil focalizado na prevenção dos acidentes que envolvam derrames poluentes nas referidas vias, assim como nas instalações militares existentes no concelho, garantindo a existência de uma formação adequada do pessoal que intervirá nesses acidentes, assim como o conhecimento, (garantido pela cartografia específica produzida no quadro deste PMA) das zonas de maior risco (devido a maior permeabilidade e a menor capacidade de retenção ou metabolização). Esse plano envolve a identificação das melhores vias de acesso a qualquer ponto ao longo das vias de comunicação em causa, a garantia da sua utilização (inexistência de vedações intransponíveis ou de condições de intransitabilidade) e a identificação do equipamento e maquinaria necessários para as intervenções requeridas para cada local em decorrência do risco e da susceptibilidades específicas desse local (incluem-se neste capítulo, escavadoras e retroescavadores para retirar o solo contaminado evitando a progressão mais profunda do poluente e camiões para transportar esse material para locais de descontaminação adequados previamente identificados).

2.2 Vales e corredores ecológicos

O concelho de Vendas Novas, pela sua morfologia, constitui a origem de um conjunto muito interessante de ribeiras que afluem da zona onde se localiza a cidade para a Ribeira da Marateca, originando um conjunto de vales amplos, mais ou menos paralelos, bem estruturados e relativamente bem preservados em termos da sua estrutura e funcionalidade ecológica.

Nos extremos norte e sul o concelho é delimitado por dois rios originados em concelho adjacentes (Canha e Marateca) integrados respectivamente nas bacias do Tejo e do Sado.

Esta estrutura hidrográfica e os sistemas ecológicos a ela associados determinam uma malha de relações espaciais da maior relevância, relações que são claramente evidenciadas pela biodiversidade existente na área do concelho.

Acessoriamente, os referidos vales constituem o mais relevante património pedológico do concelho, como é evidenciado pela intensa utilização da ribeira da Marateca para a cultura do arroz e pela apesar de menos intensa, igualmente utilização agrícola das



restantes ribeiras com particular relevância para as ribeiras da Landeira, Vale Figueira e Vale da Azeda. Estas últimas ribeiras assumem ainda um significado particularmente importante em termos do sistema agrícola concelhio dada a localização nesses vales de diversas represas de distintas dimensões vocacionadas quase exclusivamente para o abastecimento da cultura do arroz mas complementarmente utilizadas para outras actividades de regadio.

Estes vales constituem, deste modo um recurso patrimonial e ecológico do maior significado, apresentando ainda um potencial inexplorado nos domínios do recreio e lazer e das actividades turísticas.

Contudo, a riqueza deste património não obvia a existência de ameaças que importa prevenir ou controlar, assim como de alguns problemas associados a uma inadequada gestão de algumas das suas componentes.

Assim verifica-se, por um lado que, particularmente nas ribeiras que drenam o concelho no sentido NE SO (Vale Figueira, Landeira e Vale da Azeda) ocorrem situações de destruição localizada da

vegetação ripícola, destruição do traçado da linha de água tornando indefinida a estrutura de drenagem, florestações abusivas e invasivas do vale aluvionar com a destruição não só da sua morfologia mas induzindo localizadamente factores propiciadores de processos erosivos, invasão de infestantes que prejudicam o escoamento da água em particular dos caudais de cheia e uma inadequada gestão dos vales em termos agrícolas e hidráulicos.

No caso da Ribeira de Canha, a exploração de um recurso indispensável ao desenvolvimento como é a areia, tem levado a uma profunda perturbação da morfologia do vale e do leito fluvial, impondo-se a perspectivação de uma intervenção de recuperação das áreas exploradas de modo a reintegrá-las ecológica e paisagisticamente, assim como de um estudo prospectivo no sentido da identificação de recursos alternativos cuja exploração seja menos gravosas em termos da funcionalidade ambiental e garanta a procura dessa matéria prima em termos futuros de modo sustentado (este esforço poderá/deverá ter de ser perspectivado numa perspectiva inter-concelhia, já que se está perante um problema que é geral e que ultrapassa, portanto, os limites do concelho).

A futura gestão destes vales deve orientar-se pela multifuncionalidade na garantia da integridade de cada um sistema coexistentes e da sua adequada manutenção e valorização.

Esta multifuncionalidade tem essencialmente a ver com os seguintes tipos de usos e objectivos principais:

- Agricultura
- Recreio e lazer
- Conservação da Natureza
- Funcionalidade hidráulica
- Prevenção da erosão
- Gestão dos recursos hídricos
 - Prevenção de cheias
 - Gestão de reservas
 - Recarga de aquíferos
- Articulação funcional com os usos marginais aos vales
- Corredor ecológico

No sentido da sua prossecussão, além das obras de gestão da vegetação ribeirinha, nomeadamente em termos da sua limpeza de

infestantes, da reparação de eventuais zonas de ruptura das margens e de reposição de troços onde ela foi retirada ou a linha de água está morfológicamente degradada ou indefinida, importa garantir a instalação de orlas de vegetação arbórea e arbustiva nas encostas marginais dos vales de modo a garantir a sua preservação, a prevenir os fenómenos erosivos e a criar um efeito de orla com os usos dos terrenos envolventes.

Nas zonas identificadas como de vocação para o recreio e lazer, aos elementos referidos há que acrescentar as vias de trânsito pedonal e ciclista, assim como as infra-estruturas de estadia (normalmente associadas às albufeiras existentes).

Impõe-se igualmente um plano de gestão destas últimas identificando a possível existência de zonas vocacionadas para a instalação de praias fluviais ou para a realização de outras actividades lúdicas, incluindo a pesca ou mesmo a navegação de recreio.

A valorização dos valores ecológicos além de alicerçar-se na recuperação e valorização dos corredores ripícolas, inclui as já referidas estruturas de orla e, eventualmente, áreas húmidas ou

mesmo de natureza lagunar a implantar em zonas do vale onde explicitamente se abdique da utilização agrícola e se vocacione essas áreas para esse efeito recorrendo, para tal às ajudas comunitárias existentes.

2.3 Valores Turísticos e de Recreio e Lazer

O concelho de Vendas Novas possui potencialmente um valor turístico significativo no que se refere ao Turismo Rural e de Natureza assim como, potencialmente, em termos de Turismo Cultural e de Negócios.

Para que o desenvolvimento desse valor seja sustentável há que integrá-lo num *“modelo de desenvolvimento que tente adequar as práticas turísticas à correcta estruturação do espaço receptor de forma a preencher os seguintes objectivos (Sadler, 1992j OMT, 1993a):*

- *O desenvolvimento de uma actividade turística próspera e economicamente viável que melhore a qualidade de vida da comunidade anfitriã;*

- *O assegurar uma experiência turística de elevada qualidade ao visitante; e*
- *A manutenção da qualidade do ambiente da qual o turismo em última análise depende.*

De acordo com Partidário (19981, estes objectivos podem ser conseguidos através de acções que:

- *Melhorem desamenidades existentes;*
- *Aumentem a protecção e os benefícios ambientais actuais;*
- *Estabeleçam um contexto claro que assegure uma gestão efectiva no futuro.”*

Extraído de Partidário, 1999

No caso concreto em estudo as propostas constantes do presente PMA ancoradas em dois tipos básicos de oferta, procuram, não só corresponder a este modelo, como integrar de uma forma harmoniosa mas também profundamente criativa os diferentes recursos existentes no concelho.

Assim a estratégia proposta alicerça-se em três vectores principais:

1. O extraordinário potencial para o Turismo Rural e de Natureza focalizado na zona da Landeira com a possibilidade de uma oferta extremamente diversificada, como o Agro-Turismo, Turismo Cinegético ou o Turismo Equestre, referindo-nos a recursos existentes e imediatamente valorizáveis ou o Turismo de Natureza e de Aventura, baseados em infra-estruturas facilmente implementáveis, para as quais existe não só um mercado, como operadores em activa busca de locais susceptíveis de acolherem as suas propostas e actividades.
2. A possibilidade de implantação em Vendas Novas de um Museu da Ciência e Tecnologia com um carácter inovador muito elevado e aproveitando a posição estratégica do concelho não só no eixo Lisboa - Madrid, como nos eixos Lisboa/Porto – Algarve, situação que lhe permitiria garantir uma frequência de visitantes que outras condições de acessibilidade não poderiam garantir.

3. A existência de um polo industrial muito dinâmico no concelho, assim como a sua potencial articulação com os pólos industriais vizinhos de Penalva (concelho de Palmela) e de Évora, justificam a carência actualmente sentida em infra-estruturas de Turismo de Negócios (Hotelaria e Restauração) envolvendo uma oferta complementar em termos de salas de reuniões e conferências.

Estes vectores possibilitam, nos termos estratégicos desenvolvidos em local próprio valorizar os recursos existentes dentro dos seus potenciais e no quadro definido pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Concelhio.

2.4 Desenvolvimento agrícola

O concelho de Vendas Novas possui uma aptidão agrícola condicionada devido à tipologia dos solos predominantes, os quais apresentam generalizadamente condições de fertilidade reduzida a media, apenas com ligeiras e pouco significativas excepções (caso dos solos aluvionares aproveitados em grande parte para o orizicultura).



Por outro lado, a natureza dos solos determina também a necessidade de cuidados particulares em termos da utilização de fertilizantes azotados e de agroquímicos, já que a sua capacidade de retenção e metabolização é reduzida e, decorrentemente, dada a elevada permeabilidade desses mesmos solos e do substrato geológico subjacente, o risco de contaminação dos recursos hídricos subterrâneos ser elevado como já foi referido atrás no que se refere aos recursos hidrogeológicos.

Estes factores não impedem, contudo, a existência de um elevado potencial de desenvolvimento agro-silvo-pastoril do concelho, já que, apesar de não haver solos particularmente férteis, as condições para o estabelecimento de explorações viáveis de natureza florestal, agrícola ou de criação de gado não deixam de ser importantes e de exigirem, pela simples lógica do desenvolvimento regional a sua potenciação e concretização.

Assim, como referido no capítulo referente à Estratégia Municipal de Desenvolvimento Sustentável, importa desenvolver o elevado potencial existente no concelho para os montados de sobro e os pinhais de pinheiro manso para produção de pinhão.

Este desenvolvimento justifica-se não apenas pelo elevado valor económico das essências e produções em causa, como pela urgente necessidade de reformulação da floresta existente no concelho a qual se apresenta profundamente desordenada e com níveis de risco de incêndio florestal bastante significativos.

Tais matas poderão ser complementadas com a criação extensiva de gado através do estabelecimento de prados melhorados de sequeiro e, nos terrenos aptos para tal, a produção de culturas destinadas a forragens.

Não é de considerar a criação intensiva de gado pelas limitações edáfica à produção de forragens (implicando uma rentabilidade forrageira muito mais reduzida associada a um valor da carne prejudicado pelo facto de não poder ter um selo qualidade associado ao regime de criação extensiva) e pelo risco de os efluentes dessas instalações virem a contaminar os aquíferos e a comprometerem um recurso essencial do concelho.

Já a criação extensiva parece de todo o interesse económico e ecológico, não só pela articulação que permite com as matas de sobro ou pinhal manso, como pelo enriquecimento do solo em



matéria orgânica dentro de limites seguros e potenciando a capacidade metabólica deste. Contudo, a rentabilidade deste modo de produção, quando comparada com regimes mais intensivos pode ser prejudicada caso não seja garantido o reconhecimento da qualidade acrescida da carne produzida devido ao regime extensivo de que os animais beneficiaram. Tal garantia, materializada, por exemplo num selo de qualidade, tem de vir a ser controlada no quadro de uma estratégia que o município deve apoiar e incrementar, como aliás consta do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

No capítulo específico do regadio já foi referido o facto de muitas das zonas de potencial mais elevado para esse tipo de agricultura terem limitações importantes em termos das possibilidades técnicas de irrigação (envolvendo, por exemplo, investimentos mais significativos) e de utilização de agroquímicos e adubos, além, naturalmente do importante factor que é a limitada disponibilidade em água para a irrigação.

Tais condicionantes impõem que o desenvolvimento deste tipo de agricultura se focalize nos produtos frescos de elevado valor acrescentado (factor de qualidade potenciado pelas boas

acessibilidades e capacidade de escoamento para o grande centro consumidor que é Lisboa) – caso dos produtos “biológicos” que têm um crescente mercado exactamente nos grandes centros urbanos, produzidos em regime semi intensivo, com sistemas de rega de baixo consumo (gota a gota ou microaspersão) e com tipologias de uso de agroquímicos muito condicionados pela própria tipologia dos mercados que se pretende conquistar.

Este tipo de utilização agrícola é ainda mais justificado se se tiver em consideração que os critérios de gestão dos recursos hídricos disponíveis (em particular, como referido, os recursos subterrâneos) terão de privilegiar de forma absoluta a prioridade ao abastecimento urbano em detrimento do normalmente muito mais consumidor bastecimento para rega. No quadro dos elevados investimentos associados ao tipo de agricultura aqui indicados, justifica-se a exigência de garantias de abastecimento, só asseguráveis através de adequadas combinações de recursos superficiais complementados pontualmente por recursos subterrâneos, gestão integrada essa que deverá ser incrementada, no quadro de estudos sectoriais de gestão de recursos escassos.

2.5 Água e Resíduos

A actual situação concelhia em termos do abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos pode ser descrita como mista, mas ainda longe do desejável.

No primeiro domínio a taxa de cobertura concelhia é bastante boa, estando todas as aglomerações urbanas integradas no sistema de abastecimento público que, como referido, se fundamenta essencialmente em furos, ou seja, em recursos hídricos subterrâneos.

Já no domínio das águas residuais, o sistema de recolha e tratamento é ainda insuficiente e não separativo, conduzindo a situações de risco e mesmo de poluição pontual dos meios receptores (as ribeiras concelhias). Esta situação é tanto mais preocupante quanto a susceptibilidade dos recursos hídricos subterrâneos é levada e a dependência destes é total em termos do abastecimento público. Contudo os investimentos no sentido de

colmatar as lacunas existentes estão em concretização, o que não obvia à necessidade do contínuo melhoramento e actualização dos sistemas instalados, nomeadamente em termos da progressiva implantação de sistemas separativos de drenagem de águas pluviais.

No que se refere aos resíduos sólidos urbanos, a sua recolha, tratamento e disposição final está a cargo do município no que diz respeito aos RSU e a uma empresa privada no que diz respeito aos ecopontos, cabendo ao município apenas a fiscalização e a gestão dos sistemas de recolha separativa (em termos essencialmente da localização de ecopontos e outros contentores – vidrões principalmente). Contudo, tal atribuição de competências não obvia à permanência de uma necessidade de um controle interno activo nos domínios da produção, recolha e disposição de entulhos, que deverá ser objecto de um regulamento municipal específico e de uma eficaz fiscalização no quadro do normal processo de fiscalização de obras da competência do município, da produção, recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos e líquidos não urbanos (por exemplo, resíduos de garagens ou de actividades industriais), que deverão ser objecto de um inventário a nível municipal em termos de tipologias, origens, quantidades e destinos,

de modo a permitir elaborar um sistema de controle desses resíduos e de prevenção absoluta da sua disposição descontrolada no meio.

3. Ambiente urbano

A carta de ambiente urbano constante do presente PMA (que deve ser complementada, para todos os efeitos de análise com a Carta Verde Urbana), evidencia a centralização no centro da cidade de Vendas Novas do essencial dos serviços públicos e privados e a natureza quase totalmente habitacional da periferia. Tal situação se bem que apoiada pelas linhas estratégicas definidas no quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho não pode, contudo ser levada ao extremo de deixar toda a zona de crescimento e de maior valorização urbana da cidade a uma distância bastante significativa dos serviços em causa – em média superior a 10 minutos. Justifica-se, neste quadro, pelo tipo de desenvolvimento e de expansão populacional o equacionamento de um eixo complementar de localização de serviços públicos e privados perpendicular ao actual eixo da EN4, eixo que, quando da construção da variante à cidade permitirá a consolidação de um centro urbano mais consistente e diversificado, assim como de um

núcleo de elevado nível de acesso a serviços mais amplo, logo de maior valor fundiário e imobiliário, para já não falar dos óbvios padrões de qualidade de vida superiores.

A análise da sensibilidade ao ruído no quadro da legislação em vigor evidencia claramente a urgente necessidade da construção da variante da EN4 que desvie do eixo central da cidade o tráfego de longo curso que actualmente o atravessa com manifesto prejuízo de equipamentos sensíveis aí localizados, assim como da importância da progressiva transformação e valorização desse eixo central como zona de fruição com tráfego muito reduzido e vocação essencialmente pedonal.

Esta transformação articula-se com as propostas constantes do presente PMA no sentido do desenvolvimento turístico e da aproximação da cidade aos seus cidadãos, já que a maior capacidade de fruição dos seus espaços, assim como a melhoria da oferta de serviços (pelo menos em termos de acessibilidade) se perspectiva como uma das vias principais para conseguir esses objectivos.



No que se refere às zonas essencialmente residenciais, importa garantir limitações mais drásticas aos factores de ruído com relevo para o tráfego rodoviário, impondo, por exemplo, a limitação de velocidade nas ruas estritamente residenciais a 30 km/h e a sua imposição através de sistemas de obstáculos como sentido único com estacionamento alternado de cada um dos lados obrigando o tráfego a uma trajecto em “gincana” – esta geometria permite a introdução e alargamento das zonas verdes das ruas em causa e a decorrente melhoria da sua capacidade de fruição. Acessoriamente importa identificar circulares urbanas (que não devem coincidir com a variante, mas complementá-la em termos do tráfego urbano) que passarão a constituir os eixos viários principais de ligação dentro da cidade e ao longo das quais as futuras urbanizações estarão condicionadas nos termos da legislação de ruído.

Esta revisão global do sistema viário pretende igualmente resolver os pontos negros de sinistralidade registado na cidade que, como é obvio se encontram principalmente associados ao eixo da EN4 – evidenciando a urgente necessidade da pedonalização progressiva desse eixo após a construção da variante, assim como a imperiosidade de que os eixos circulares garantam condições de segurança e de controle da velocidade que permitam corrigir a

situação actualmente verificada nas ruas principais de Vendas Novas.

No que se refere aos sistemas de recolha separativa de resíduos sólidos urbanos foi possível, no quadro do processo de elaboração do presente PMA, implementar em conjunto com a Câmara Municipal, uma rede de ecopontos que pretende-se que responda às necessidades imediatas da cidade e das restantes povoações do concelho. Essa rede é complementada por uma rede mais ampla de vidrões, a qual aproveitou contentores já disponíveis. Importa agora acompanhar as redes em causa, nomeadamente em termos de volumes recolhidos em cada ponto, existência de zonas insuficientemente servidas, necessidade de aumentar a densidade da rede de modo a garantir distâncias de acesso a um ecoponto nunca superiores a 500 metros, assim como a sua complementação com sistemas eficazes de recolha de resíduos mais complexos como “monstros” ou óleos domésticos – eventualmente susceptível de ser iniciado no segundo caso com uma recolha focalizada em unidades de restauração ou cantinas através da contratualização com empresas especializadas.



No que se refere aos espaços verdes, a análise da Carta Verde Urbana evidencia a existência de carências importantes em termos de oferta de espaços verdes, particularmente a dois níveis:

- Proximidade imediata – espaços verdes ao nível do quarteirão articulados com parques infantis que garantam a acessibilidade dos habitantes vizinhos sem a necessidade de travessia de ruas de tráfego mediano a intenso.
- Parques periféricos – espaços verdes de vocação mista lúdica e produtiva, utilizando espaços rurais infra-estruturados com zonas de lazer e de estadia e complementarmente, zonas vocacionadas para horticultura familiar (pequenas hortas de complemento), que poderão (e deverão no caso presente) proporcionar o acesso a infra-estruturas de recreio de desenvolvimento mais amplo, como é o caso do percurso pedonal e ciclável proposto para a Ribeira da Landeira.

Neste quadro, importa garantir que as urbanizações existentes são progressivamente equipadas com infra-estruturas de proximidade e que as cabeceiras da Ribeira da Landeira na zona da

Afeiteira são concebidas de modo a constituírem a “antecâmara do percurso pedonal e ciclável até à Landeira.

Registe-se também a necessidade de nas restantes povoações do concelho garantir a implantação, pelo menos de infra-estruturas de proximidade. No caso da Landeira é de conceber a infra-estruturação de um espaço mais polivalente de articulação com o final do circuito pedonal e ciclável e com o acesso ao proposto empreendimento de Turismo Rural em face da povoação.

4 . Normas regulamentares

As normas regulamentares que se apresentam de seguida procuram sumarizar as diversas linhas de força propostas no quadro do presente PMA para a protecção e valorização dos recursos inventariados, não se substituindo ao desenvolvimento temático mais detalhado constante de cada um dos capítulos temáticos constituintes do presente Plano.

4.1 Objectivos gerais



Os objectivos do presente Plano Municipal do Ambiente são o inventário e avaliação dos recursos do Concelho de Vendas Novas, a sua articulação com as estratégias de desenvolvimento concelhio existentes, nomeadamente em termos da determinação dos factores de viabilidade e dos custos de sustentabilidade dessas estratégias e a propostas de estratégias específicas nos domínios da prevenção de factores de risco ambiental e da promoção dos factores de sustentabilidade.

4.2 Recursos Naturais

O Concelho de Vendas Novas possui importantes recursos naturais que importa preservar e valorizar devidamente de modo a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento concelhio no sentido da melhoria da saúde e bem estar dos seus munícipes e visitantes.

4.2.1 Geologia e Hidrogeologia

Os recursos minerais do concelho não são significativos, com exclusão, eventual da areia para construção e argilas para a cerâmica exploráveis nas formações greso argilosas de Bombel ou

de Pegões. As actuais explorações em terrenos de aluvião constituem factores de risco e de degradação dos leitos fluviais, pelo que deverão ser substituídas por explorações mais enquadradas e com menos incidências ambientais.

O recurso geológico mais importante é, indubitavelmente, a água dos aquíferos do complexo sedimentar Tejo Sado. Este recurso apresenta produtividades e potenciais de recarga que garantem as necessidades de consumo humano do concelho de forma perfeitamente sustentável se forem implementadas as necessárias acções preventivas relativamente ao risco de poluição do aquífero. No mesmo sentido, impõe-se garantir que explorações do recurso para outros fins, especialmente o abastecimento industrial e agrícola, se mantêm dentro dos limites de segurança da recarga do aquífero – níveis que não correspondem ao valor médio de cerca de 40 hm³/ano, mas devem ajustar-se à sua variação interanual e ser devidamente monitorizada.

Na ausência de uma adequada transposição para a legislação portuguesa da Directiva Quadro da Água que garanta, através do adequado pagamento pelo uso do recurso água e pelo desenvolvimento de instrumentos adequados de gestão e controle

das formas de utilização desse recurso, importa garantir ao nível concelhio o respeito pelo “Código de Boas Práticas Agrícolas”, no que se refere à utilização de adubos azotados, de tecnologias e volumes de rega e na produção estabulada de animais, assim como a imposição concertada de limiares máximos de extracção nos furos privados, de modo a evitar, em absoluto, a poluição ou sobre-exploração desse recurso estratégico.

Da mesma forma impõe-se a salvaguarda desse recurso contra factores de poluição acidentais ligados às importantes vias rodoviárias e ferroviárias que atravessam o concelho, através da construção de bacias de retenção que garantam que eventuais derrames não aluem directamente ao solo, dificultando ou impedindo mesmo, a sua atempada recolha antes que se infiltrem para o aquífero. Estas medidas deverão estar associadas à interdição do tráfego de materiais de risco em vias não infra-estruturadas com estes equipamentos de retenção.

4.2.2 Pedologia

O concelho de Vendas Novas possui solos de aptidão mediana a elevada para um amplo conjunto de produções agro-florestais,

sem que, com excepção de algumas culturas específicas, a maior parte delas se possam classificar com garantindo economias de escala em termos de exploração, dentro dos quadros actuais de política agrícola.

Contudo, a situação privilegiada em termos de acessibilidades, a moderação climática, a tipologia de solos existentes e as disponibilidades hídricas susceptíveis de serem utilizadas sustentadamente, permitem identificar áreas de elevado potencial para produções certificadas temporãs de produtos (principalmente hortícolas) de elevado valor acrescentado.

Simultaneamente, o potencial florestal, principalmente para o montado de sobro e o pinhal de Pinheiro Manso para produção de pinhão permitem perspectivar o desenvolvimento de uma floresta de uso misto associado à produção agro-pecuária extensiva de qualidade.

No sentido da garantia da preservação destes recursos e da sua adequada valorização propõe-se a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Florestal, a delimitação de uma “Reserva Arícola

Municipal” a ser objecto de um esforço concertado de desenvolvimento agrícola e pecuário.

4.2.3 Hidrologia

Os recursos hídricos superficiais assumem no Concelho de Vendas uma grande importância, não só pelo seu papel ecológico (originando corredores estruturais da maior importância), como pela garantia da água necessária á importante cultura orizicola desenvolvida na Ribeira da Marateca dentro e fora do concelho.

Assumem também, pontualmente, a característica de factores de risco, como acontece na zona da baixa Landeira com a ocorrência de situações de inundação associadas a cheias da Ribeira da Marateca.

A gestão deste recurso e dos riscos a ele associados implica a gestão dos factores de produção de escoamento, implicando a estrita regulamentação das alterações do uso do solo com factores

negativos em termos da produção e regularização de escoamento, as quais deverão, obrigatoriamente ser compensadas por medidas de retenção hidráulica adequadas e ecologicamente enquadradas.

Da mesma forma, impõe-se a preservação de uma adequada estrutura ecológica das linhas de água e respectivos leitos de cheia, através da preservação e manutenção da vegetação ribeirinha, limpando as espécies infestantes e gerindo essa vegetação de modo a garantir a eficaz protecção do solo e a boa condutividade hidráulica da linha de água, assim como interditando e controlando a eventual obstrução dessas linhas de água pela sua utilização indevida como vazadouro ou pelo lançamento de resíduos agrícolas. No que se refere aos leitos de cheia estes devem manter-se desimpedidos, não ser objecto de alterações na sua capacidade de escoamento sem as devidas medidas de compensação em termos dos eventuais factores de risco de geração de cheias em zonas sensíveis e não ser utilizados para fins incompatíveis com o risco de cheia naturalmente associado a esses espaços.

4.2.4 Ecologia

O concelho de Vendas Novas localiza-se entre duas áreas da Rede Natura 2000 além de apresentar valores e sistemas ecológicos muito significativos.

Esses valores estão associados, por um lado às ainda importantes (e desejavelmente cada vez mais importantes) superfícies de montado e de pinhal manso que constituem áreas de elevado significado ecológico quer pela sua correspondência ao potencial ecológico local, quer pelo papel que desempenham na preservação de uma matriz ecológica do maior significado para um vasto conjunto de espécies animais e vegetais. Por outro lado estão associados aos corredores ecológicos constituídos pelas linhas de água e respectivos leitos de cheia que, quando devidamente preservados em termos morfológicos e vegetais, garantem funções de continuidade ecológica, de complementaridade funcional com os usos envolventes e constituem, por si só um habitat prioritário para aves migratórias ou não, em especial associadas a zonas húmidas e planos de água.

No quadro regional este património assume um valor ainda maior pela articulação que garante com as referidas áreas classificadas e pelo grau de conservação apresentado que lhe

conferem um valor de refúgio muito elevado que importa garantir e futuramente expandir.

Todos estes valores e potenciais estão associados a tipologias de uso que não só podem ser melhoradas e implementadas, como constituem, estrategicamente, usos com elevadas mais valias – caso dos montados e dos pinhais de pinheiro manso associados à criação extensiva de gado, ou o uso agrícola dos vales aluvionares articulado com a preservação das estruturas ripícolas e marginais e, eventualmente com a criação de algumas zonas húmidas complementares às albufeiras existentes.

4.3 Factores de risco ambiental

4.3.1 Água

A água, como referido é um recurso estratégico em termos concelhios, devendo as fontes existentes ser geridas dentro de uma perspectiva conservativa e consciente da importância e susceptibilidade relativa de cada fonte existente.

Assim, em relação às águas subterrâneas, elas constituem o recurso essencial em termos de quantidade e qualidade para a garantia do abastecimento humano e complementarmente industrial e agrícola (dentro, como referido dos seus limites de renovação sustentável de reservas e da garantia da preservação da sua qualidade). Já as águas superficiais assumem essencialmente um papel agrícola (e eventualmente recreativo no quadro de algumas propostas do presente PMA).

Importa em qualquer dos casos garantir a sua qualidade físico química, pelo que no primeiro caso tem de garantir-se, pela elevada susceptibilidade pedológica e geológica dos aquíferos, a absoluta prevenção dos riscos de poluição destes através das medidas já elencadas no ponto referente à geologia e hidrogeologia.

No que se refere às águas superficiais impõe-se o tratamento de todos os efluentes eventualmente afluentes às bacias de captação (sejam eles de origem urbana e logo concentrados, sejam eles de origem agrícola e eventualmente dispersos) de modo a prevenir processos de eutrofização ou de contaminação das águas que comprometam o seu valor para a rega – caso da salinização decorrente dos efluentes urbanos.

4.3.2 Água residuais

O sistema de recolha e tratamento de águas residuais do concelho é ainda insuficiente podendo, como atrás referido vir a constituir um factor de risco em termos dos potenciais de utilização das águas superficiais para fins agrícolas ou recreativos.

Acessoriamente, verifica-se que a rede de drenagem de águas residuais é essencialmente mista, factor que complexifica em extremo o adequado tratamento desses efluentes.

No sentido de corrigir esta situação importa garantir a progressiva separação das redes de águas residuais e de drenagem pluvial, o adequado tratamento de todos os efluentes urbanos produzidos, atendendo, como padrão de qualidade a obedecer, à natureza dos meios receptores e aos usos subsequentes desses meios, e não apenas ao cumprimento de normas e directivas de carácter geral.

4.3.3 Resíduos sólidos

A actual integração do concelho no sistema intermunicipal de recolha e tratamento de resíduos sólidos garante que deixaram de existir lixeiras e vazadouros no concelho. Contudo, importa assegurar que todos os produtores estão abrangidos por todos os serviços, em particular no que se refere à recolha de monstros, entulhos e resíduos industriais banais, além de sistemas separativos e de reciclagem.

Nesse sentido há que garantir serviços eficazes e bem divulgados de recolha e disposição final dessas tipologias específicas de resíduos sólidos, assim como a eficaz fiscalização de modo a prevenir lançamentos indevidos no meio.

4.3.4 Outros

A recolha especializada de resíduos para reciclagem e reutilização como são os óleos domésticos, efluentes ou subprodutos de oficinas automóveis e de outras pequenas oficinas ou unidades produtivas, impõe a infra-estruturação de um centro de recolha e a concertação de uma estratégia com todos os produtores, assim como, no caso dos óleos alimentares, uma adequada sensibilização e motivação dos cidadãos, mas desde

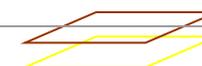
logo o envolvimento obrigatório de todas as unidades restaurativas ou de produção industrial de alimentos (cantinas por exemplo).

Já foram referidos no capítulo da geologia e hidrogeologia as medidas de prevenção relativa aos derrames acidentais nas vias rodó e ferroviárias que atravessam o concelho importando ainda, garantir através de um adequado planeamento, os sistemas de protecção civil adequados para este tipo de acidentes.

4.4 Factores de Desenvolvimento

4.4.1 Certificação

A certificação de empresas, prestadores de serviços e organismos administrativos deve constituir um objectivo central da política de desenvolvimento concelhio, dado que é não só a melhor forma de garantir níveis de qualidade a todos os eventuais utilizadores, gerando a procura fundamentada na confiança, como garantindo que essa qualidade decorre do envolvimento de todos os participantes, pelas regras inerentes aos mecanismos de certificação.



Essa certificação deve focar-se não apenas ao nível da qualidade e da gestão, como também ao nível ambiental, indidindo, portanto sobre as normas ISO 9000 e 14000.

Em termos do objectivos estratégico de marketing concelhio a garantia desta imagem de marca, assim como as vantagens inerentes em termos do funcionamento empresarial e das administrações constituirão indubitavelmente os mais eficazes factores de promoção e divulgação.

4.4.2 Formação e Educação

A formação profissional constitui o esteio de qualquer processo de desenvolvimento e de atracção de investimento. Por esse motivo importa diversificar a actual oferta, qualificá-la e orientá-la no sentido dos sectores que prospectivamente se consideram prioritários. Um tal esforço deve, no sector agro-florestal e da gestão dos recursos naturais, fundamentar-se na já existente Escola Agrícola D. Carlos I, o que implica o alargamento e diversificação da sua oferta de formação e a decorrente divulgação e enquadramento, além de poder, desde logo utilizar, como

mercado de trabalho, muitas das propostas de investimento constantes do presente PMA.

Já no que se refere à formação na área dos serviços ou de vocação mais industrial haverá que desenvolver estratégias locais ou regionais, articuladas com a oferta já existente do IEFP ou de outras escolas profissionais e mesmo, com os sectores de formação de empresas sediadas no concelho ou nos concelhos vizinhos.

No domínio da educação, importa referir que, apesar do parque educacional ser adequado, a oferta complementar ao nível cultural deverá ser diversificada, nomeadamente no quadro do proposto investimento nacional num núcleo museológico focalizado nas Ciências e Tecnologias.

4.4.3 Participação e transparência

A administração deve, desde já assumir, como princípios básicos do seu relacionamento com os cidadãos os seguintes:

- Abertura e transparência, em vez de secretismo;



- Desculpa e assunção dos erros em vez de arrogância;
- Cortesia, em vez de descortesia e presunção;
- Partilha, em vez de protecção dos valores das administrações;
- Compaixão, em vez de afirmação dos alegados superiores interesses da comunidade, das administrações ou do estado.

Estes princípios resumem uma cultura administrativa de atenção, atenção ao cidadão e aos seus anseios e interesses, assim como à sua opinião e envolvimento.

Essa cultura passa não apenas pelas relações humanas do dia a dia, como também pelas práticas burocráticas e pelo acesso à informação e critérios de decisão. O presente PMA, através do Sistema Municipal de Informação Geográfica que integra e pela clarificação de muitos condicionantes ambientais aos padrões de uso actual ou prospectado do solo, permite garantir que a transparência e a fundamentação passam a ter uma base informativa funcional, actualizável e elástica.

Essa cultura é também essencial para o envolvimento activo e consciente dos cidadãos, única forma de concretizar os processos de desenvolvimento almejados por todos e fundamentos em muitas das propostas e estratégias constantes quer deste PMA quer do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Vendas Novas.

4.4.4 Protecção Civil

A gestão de riscos, qualquer que seja a sua natureza ou origem implica uma abordagem prospectiva e antecipativa, assim como um cuidado planeamento e uma activa colaboração não só com as administrações e agentes de socorro, como essencialmente com os utilizadores e os cidadãos em geral no sentido de garantirem os necessários sistemas de prevenção, desimpedirem os necessários sistemas de combate e resolução e garantirem práticas de uso que minimizem os factores de risco identificados.

Neste quadro importa, como acima foi referido garantir a implementação de todas as medidas preventivas e construtivas no sentido de salvaguardar os recursos hídricos superficiais e subterrâneos de acidentes nas vias rodoviárias e ferroviárias que

atravessam o concelho e que envolvam o derrame de produtos susceptíveis de contaminarem esses recursos. Essas medidas passam pelas bacias de retenção a construir no quadro dos sistemas de drenagem dessas vias, assim como na garantia das acessibilidades a qualquer ponto do traçado dessas vias – o que passa pela manutenção dos caminhos agrícolas e florestais e pela implantação de barreiras transponíveis em tempo útil pelos veículos de socorro. Passam igualmente pela formação dos bombeiros e outros agentes de intervenção para a natureza dos factores de riscos e para as medidas específicas exigidas pelo seu controle em situação de acidente.

No mesmo sentido deve ser encarada a prevenção dos fogos florestais, a qual, impõe não só o planeamento antecipado e atempado de cenários e estratégias de combate, mas particularmente a implementação de adequadas medidas de prevenção, nomeadamente no cuidado das acessibilidades, na garantia do seu desimpedimento (os já referidos sistemas de barreiras que possam ser transpostos pelos bombeiros – utilização de uma chave única, por exemplo) e, particularmente no desenvolvimento de adequados sistemas de gestão florestal, quer de povoamentos, quer de essências, que garanta a minimização

dos riscos de propagação e maximização das condições para um combate eficiente. Acessoriamente, os pontos de água existentes, devem ser integrados na rede de recursos para essas situações de emergência e, caso necessário, adequadamente infra-estruturados para responder eficazmente a essas necessidades.

5. Parcerias

Para a concretização dos objectivos e propostas do presente plano importa potenciar todas as parcerias possíveis quer com a sociedade civil, quer com os órgãos da administração regional e central. A título meramente ilustrativo devem referir-se a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a Região de Turismo de Évora, assim como as Associações de Desenvolvimento Local: "Vendas Novas, Porta do Alentejo - ADL"; "MONTE -ACE" e a "TRILHO - Associação de Desenvolvimento Rural", e ainda outras entidades e associações como a "Associação Técnico-Profissional D. Carlos I" ligada à Fundação Casa de Bragança ou a Associação dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas.



6. Conclusões

O presente PMA, em todos os elementos que o constituem procurou sistematizar a informação disponível e equacionar a forma como o processo de desenvolvimento do concelho de Vendas Novas pode ser potenciado e melhor fundamentado pela adequada utilização deste conhecimento e da sua avaliação pericial. A sua efectiva concretização, contudo, inicia-se agora, com o seu debate, implementação, aferição e desejavelmente, correcção e actualização. Porque um Plano é um processo e não um objecto. Como processo que é procurou ser o mais informado e fundamentado assim como perspectivar o máximo possível de cenários e de sinergias e não se fechar em abordagens monotemáticas.

Neste contexto, pensamos ter ajudado a criar ainda mais condições para que o planeamento e a gestão do Concelho de Vendas Novas se afaste cada vez mais do diagnóstico feito pelo Prof. Brian Clark da Universidade de Aberdeen em 1998 sobre os

processos e sistemas de planeamento e gestão ambiental, segundo o qual, “apesar de, na maior parte dos casos, estes não apresentarem lacunas ao nível profissional ou de competências, os resultados obtidos estão longe de ser satisfatórios, na medida em que existe um fosso entre os planos que, embora bem elaborados, não correspondem à realidade do dia-a-dia. Este problema coloca-se, sobretudo, porque o planeamento está integrado num processo de decisão eminentemente burocrático e de rotina política, essencialmente reactivo, tendo-se tornado num mero instrumento regulador de acções previamente definidas. Por outro lado, muitas das acções propostas ao nível dos planos não são concretizadas, por falta de capacidade de investimento por parte das entidades competentes, de onde resulta que os planos são apenas um conjunto de intenções de difícil concretização”.

Este diagnóstico implica, que ‘para a sua não concretização, que o processo de planeamento deverá:

- Clarificar os aspectos e objectivos mais importantes
- Identificar objectivos e metas
- Desenvolver opções estratégicas
- Delinear políticas e propostas de acção

não podendo, em caso algum, corresponder a uma mera colagem de iniciativas já tomadas ou de algumas novas iniciativas por muito bem intencionadas e fundamentadas que sejam. Ele tem de corresponder a um todo orgânico, viável em termos políticos e financeiros onde esteja bem claro de onde se vem e para onde se quer ir, além de definir como ir e como saber que se está a ir, assegurando que todas essas questões estejam bem claras e sejam assumidamente aceites e partilhadas por todos os intervenientes.

Foi esse objectivo que pretendemos ajudar a preencher.

Universidade de Évora, Outubro de 2003

A equipa do Plano Municipal do Ambiente de Vendas Novas

